



PROCESSO	SEI: 00176.000427/2025-62
	Protocolo SICCAU nº 893.634/2019
DENUNCIANTE	De Ofício
DENUNCIADO	T. S. B.
RELATORA	Conselheira Silvia Monteiro Barakat
ASSUNTO	Julgamento de Processo Ético-Disciplinar

DELIBERAÇÃO Nº 018/2025 – CAURS/PLEN/CED

A COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA - RS – (CAURS/PLEN/CED), reunida ordinariamente na sede do CAU/RS em Porto Alegre, no dia 20 de fevereiro de 2025, no uso das competências que lhe conferem o artigo 5º, inciso III da Resolução CAU/BR nº 143/2017, o artigo 23, § 1º, da Resolução CAU/BR nº 219/2022, e o artigo 94, inciso II, do Regimento Interno do CAU/RS, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando o disposto no art. 5º, inciso III, da Resolução CAU/BR nº 143/2017, o qual determina que:

Art. 5º Compete às Comissões de Ética e Disciplina dos CAU/UF (CED/UF), nos termos desta Resolução:

(...)

III – a instauração, a instrução e o julgamento dos processos ético-disciplinares.

Considerando que a denúncia foi admitida por indícios de infração ao art. 18, inciso IX, da Lei nº 12.378/2010, e às regras nº 2.2.6 e 2.2.7, do Código de Ética e Disciplina;

Considerando o Relatório e Voto Fundamentado apresentado pela Conselheira Relatora Silvia Monteiro Barakat, o qual concluiu que:

"Deste modo, analisado o conjunto probatório presente nos autos do Processo Ético-Disciplinar SICCAU nº 893.634/2019, julgo parcialmente procedente a denúncia e voto pela aplicação da sanção de ADVERTÊNCIA RESERVADA E MULTA, CORRESPONDENTE AO VALOR DE 4 (QUATRO) ANUIDADES, uma vez que restou comprovado que o profissional praticou as infrações previstas no art. 18, inciso IX, da Lei nº 12.378/2010 e na regra nº 2.2.7, do Código de Ética e Disciplina.

Com base nos autos, não restou comprovada a infração prevista na regra nº 2.2.6, do Código de Ética e Disciplina."

Considerando o Art. 49-C, inciso V, da Resolução CAU/BR nº 143/2017, o qual determina que, durante a sessão de julgamento do processo ético-disciplinar, a minuta de deliberação, precedida pela leitura do relatório e voto fundamentado pelo conselheiro relator, deve ser submetida a votação;

DELIBERA POR:

1 - Aprovar o Relatório e Voto Fundamentado apresentado pela Conselheira Relatora em face do profissional denunciado, Arq. e Urb. T. S. B., registrado no CAU/RS sob o nº XXXXX-X, pela aplicação da sanção de advertência reservada e multa, correspondente ao valor de 4 (quatro) anuidades, uma vez que restaram comprovadas as infrações previstas no art. 18, inciso IX da Lei nº 12.378/2010, e na regra nº 2.2.7, do Código de Ética e Disciplina, aprovado pela Resolução CAU/BR nº 052/2013;

2 - Notificar a parte do teor da decisão para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, interpor recurso ao Plenário do CAU/RS, nos termos do art. 50 da Resolução CAU/BR nº 143/2017.

Aprovado por unanimidade dos membros presentes.

Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre/RS, 20 de fevereiro de 2025.

324ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA - RS - CAU/RS**(Presencial)****Folha de Votação**

Função	Conselheiro	Votação			
		Sim	Não	Abst.	Ausên.
Coordenadora	Carline Luana Carazzo	X			
Coordenador-adjunto	Carlos Eduardo Iponema Costa	X			
Membro	Gislaine Vargas Saibro	X			
Membro	Nelci Fátima Denti Brum	X			
Membro	Silvia Monteiro Barakat	X			

Histórico da votação:**324ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA CED - CAU/RS****Data: 20/02/2025****Matéria em votação: Julgamento de Processo Ético-Disciplinar****Resultado da votação: Sim (05) Não (00) Abstenções (00) Ausências (00), Total (05)****Impedimento/suspeição: (00)****Ocorrências: Sem ocorrências****Condução dos trabalhos (coordenadora): Carline Luana Carazzo****Assessoria Técnica: Fernanda Schulz**



Documento assinado eletronicamente por **CARLINE LUANA CARAZZO**, **Coordenador(a)**, em 25/02/2025, às 14:32 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA SCHULZ**, **Assessor(a) Técnico(a)**, em 25/02/2025, às 14:34 (horário de Brasília), conforme Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5º da Lei Nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço caubr.gov.br/seicau, utilizando o código CRC **52B5CC12** e informando o identificador **0488746**.

Rua Dona Laura, 320 14/15o. Andar | CEP 90430-090 - Porto Alegre/RS
www.caurs.gov.br

00176.000427/2025-62

0488746v8